

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.790.513 - BA (2019/0002663-2)**

**RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE : ESTADO DA BAHIA**  
**PROCURADOR : OSCIMAR ALVES TORRES E OUTRO(S) - BA008706**  
**RECORRIDO : EUROPACKNE NORDESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS TERMOPLASTICOS LTDA**  
**ADVOGADOS : MAURICIO KERTZMAN SZPORER E OUTRO(S) - BA000841B**  
**MATHEUS CAYRES MEHMERI GUSMÃO - BA027094**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Estado da Bahia** com base no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, assim ementado (fl. 443):

*MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA. REJEIÇÃO. ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 97 CF/88. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL PLENO.*

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos, nos termos da seguinte ementa (fl. 473):

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO MANDADO DE SEGURANÇA. ACÓRDÃO EMBARGADO QUE AFASTA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA E ACOLHE A ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DETERMINANDO A REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL PLENO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO ÀS DEMAIS PRELIMINARES. DECISÃO INTEGRATIVA. EMBARGOS ACOLHIDOS SEM EFEITO MODIFICATIVO.*

Nas razões do recurso especial, o **recorrente** alega, além de divergência jurisprudencial, violação aos arts. 126, 267, 458, II e III, 515, 535 do CPC/73; 93, IX, da CF; 142 do CTN. Aduz, dentre outros, que "*o serviço de combate a incêndio reveste-se de inuidivosa natureza pública, podendo ser remunerado mediante pagamento de taxa*" (fl. 495).

Parecer do Ministério Público Federal às fls. 637/642, pelo conhecimento

parcial do recurso especial e, nessa parte, pelo não provimento.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Quanto à matéria de fundo, qual seja, "*cobrança de taxa pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndio*", ressalta-se a existência de repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal, no **RE 643.247 RG/SP - Tema 16**.

Em recursos versando sobre temas afetados à repercussão geral, o STF tem determinado o retorno dos processos para os Tribunais de origem a fim de que aguardem o julgamento do recurso extraordinário representativo da controvérsia. A propósito:

*EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (CIDE) INCIDENTES SOBRE REMESSAS AO EXTERIOR. LEIS 10.168/2000 E 10.332/2001. AFETAÇÃO SUPERVENIENTE DO TEMA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.*

*1. No âmbito do Plenário Virtual, o Supremo Tribunal Federal decidiu por maioria afetar a presente controvérsia à sistemática da repercussão geral em momento posterior ao julgamento do acórdão recorrido. Tema 914: RE-RG 928.943, de relatoria do Ministro Luiz Fux, Tribunal Pleno, DJe 13.09.2016.*

*2. Em decorrência de fato jurídico superveniente, a sistemática de precedentes obrigatórios impõe a devolução ao Tribunal de origem dos presentes autos para que o feito seja sobrestado até a definição do mérito do Tema. 3. Embargos de declaração providos, para fins de infirmar a cadeia processual construída em sede extraordinária no presente processo e determinar a devolução dos autos à origem, nos termos dos arts. 1.036 do CPC/15 e 328 do RISTF.*

**(ARE 934095 AgR-ED-ED, Relator(a): Min. Edson Fachin, Primeira Turma, DJe 22/11/2016).**

*RECURSO EXTRAORDINÁRIO – REPERCUSSÃO GERAL ADMITIDA – PROCESSO VERSANDO A MATÉRIA – SOBRESTAMENTO – MANUTENÇÃO. O tema atinente à constitucionalidade da cobrança de contribuições sociais em face das atividades das cooperativas em geral, tendo em conta a distinção entre “ato cooperativo típico” e “ato cooperativo atípico”, teve repercussão geral admitida pelo denominado Plenário Virtual no Recurso Extraordinário nº 672.215/CE, da relatoria do ministro Luís Roberto Barroso. A matéria de fundo,*

*tanto no mencionado recurso como neste extraordinário, diz respeito à definição da incidência ou não desses tributos sobre as receitas decorrentes de tais atos. Impõe-se aguardar o julgamento do mérito do paradigma, considerados o regime da repercussão geral, presentes os processos múltiplos, e a possibilidade de revisão do entendimento.*

**(RE 594695 AgR-AgR, Relator(a): Min. Marco Aurélio, Primeira Turma, DJe 25/5/2015).**

*Embargos de declaração em agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Legitimidade da cobrança de PIS e COFINS, tendo por fato gerador a locação de bens imóveis. Matéria constitucional. Repercussão geral reconhecida. RE-RG 599.658. 3. Embargos de declaração acolhidos para determinar a devolução à origem com base no disposto no art. 543-B do CPC.*

**(RE 543799 AgR-ED, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, Segunda Turma, DJe 3/8/2015).**

Ademais, já foi publicado acórdão de mérito no julgamento do mencionado **RE 643.247 RG/SP**, cuja ementa assim dispõe:

*TAXA DE COMBATE A INCÊNDIO – INADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL. Descabe introduzir no cenário tributário, como obrigação do contribuinte, taxa visando a prevenção e o combate a incêndios, sendo imprópria a atuação do Município em tal campo. (RE 643.247, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 1/8/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-292 DIVULG 18-12-2017 PUBLIC 19-12-2017)*

Assim, ultimada a resolução da controvérsia em repercussão geral, denotando a primazia do viés constitucional do tema em debate, caso não é de enfrentá-lo na seara do recurso especial ou do agravo dele decorrente (AREsp).

**ANTE O EXPOSTO, determino a devolução dos autos**, com a respectiva baixa, ao ilustrado Tribunal de origem, onde, nos termos dos arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015, deverá ser realizado o juízo de conformação ou manutenção do acórdão local frente ao que decidido pela Excelsa Corte nos referidos **RE 643.247 RG/SP - Tema 16**.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator